

A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL

ALDA MOURÃO
ANGELA DE CASTRO GOMES
COORDENAÇÃO

Primeira República no Brasil: uma história da historiografia

Angela de Castro Gomes

1. A fortuna crítica da Primeira República: uma república tornada velha

INCURSÕES HISTORIOGRÁFICAS SÃO SEMPRE EXERCÍCIOS TÃO ARRISCADOS como valiosos para se pensar um tema/problema. Assumindo-se a perspectiva de como tal tema foi sendo tratado através do tempo, especialmente, mas não somente, pelos chamados historiadores de ofício, o exame da fortuna crítica de um período, personagem ou evento da história de uma nação permite alguma compreensão sobre as “batalhas de memória” que em torno deles foram travadas, iluminando as características e o caminho construído pelo próprio “fazer história”. É com essa dupla curiosidade que este texto se debruça sobre a “historiografia” que tem como eixo fundamental o período da Primeira República no Brasil. Seu objetivo maior, portanto, é fazer um balanço da trajetória dessa produção, assumindo o desafio de acompanhá-la desde suas “origens”, vale dizer, desde aqueles trabalhos elaborados na conjuntura política da Proclamação, no fim do século XIX, até as teses e dissertações acadêmicas escritas nos programas de pós-graduação do país, nesse início de século XXI.

Obviamente, como qualquer exercício historiográfico, este, até por sua amplitude, precisa fazer escolhas metodológicas, sempre tão arbitrarias como necessárias. A primeira e fundamental diz respeito ao tipo de fontes que será utilizado. Como seria impossível, por mais familiarizado que se estivesse com tal literatura, trabalhar mais diretamente com esse volume e diversidade de produção, a estratégia foi escolher, muito compreensivelmente, balanços bibliográficos produzidos sobre o período, em vários contextos e com objetivos

específicos, atentando-se para o espaço de tempo coberto por suas apreciações.¹ Nesse sentido, uma seleção foi realizada e, como um dos resultados, procurou-se montar uma periodização que orientasse a narrativa do artigo. Como facilmente se pode imaginar, tal periodização tem nos eventos da história política do Brasil — sobretudo os mais consagrados pela memória histórica nacional — um referencial de organização fundamental. Dessa forma, fica desde logo estabelecida a correlação existente entre as concepções que a “historiografia” adota para o percurso das repúblicas no Brasil (no caso, examina-se apenas a primeira delas) e o percurso histórico vivido pela própria república, pontuado por crises, golpes, revoluções, transições, negociações etc. Assim, discutir versões interpretativas sobre um espaço de tempo da história do Brasil, atentando-se, com destaque, para as maneiras de nomeá-lo e de valorá-lo, a partir de um contexto histórico e de um projeto político, nada tem de ingênuo. Nesse sentido, quero defender que, se os eventos da “realidade social” impõem aos historiadores alterações em suas formas de análise, forçando-os a enfrentar novas questões ou a transformar “verdades” estabelecidas, também a construção de tradições intelectuais/historiográficas para se pensar a “realidade social” pode ser considerada uma variável interveniente no estabelecimento de culturas políticas, que se expressam nos comportamentos e nas orientações valorativas dos homens, sejam eles políticos, intelectuais ou cidadãos comuns.

Outra observação inicial diz respeito ao lugar de onde fala a historiadora que empreende este exercício. Trabalhando há anos com história política e cultural, venho me debruçando sobre a história da história do Brasil, dando especial atenção ao tratamento concedido à Primeira República e ao período conhecido como Era Vargas (1930-45). Por isso, sozinha ou em parceria, tenho produzido reflexões a respeito da trajetória dos estudos elaborados sobre tais temporalidades, não podendo deixar de lançar mão delas neste atual empreendimento, razão pela qual me servirei, em vários momentos, de material já publicado. Por tudo isso, o ponto de partida deste artigo não é tão original. Ele constata, de um lado, que no Brasil dos anos 2000 estaríamos vivendo uma

¹ Não se teve a menor pretensão de esgotar, quantitativamente, tais balanços que, em maioria, extrapolam o período da Primeira República. Mas quero destacar um dos últimos, exatamente por priorizar tal espaço de tempo e se inserir em perspectiva que trabalha com a República no Brasil e em Portugal: Falcon (2007:389-410).

espécie de *revival* do interesse sobre a Primeira República, multiplicando-se o número de historiadores e cientistas sociais que se dedicam a estudar diferentes aspectos do período, o que já evidencia o caráter interdisciplinar dessa produção, aspecto, aliás, que acompanha ao longo do tempo o que estamos considerando uma “historiografia” sobre o período.

De outro lado, é bom remarcar que tal *revival* tem um aspecto de fundo comum, alicerçado em uma grande, profunda e ainda inconclusa revisão do diagnóstico até então mais compartilhado e consolidado pela memória histórica sobre a Primeira República. Tal diagnóstico se traduz de maneira exemplar na verdadeira fórmula verbal² utilizada para nomear esse espaço de tempo: República Velha. Por conseguinte, o que se observa é que esse novo conjunto de trabalhos — em especial os que buscam realizar uma história política e cultural — tem retomado o período numa chave distinta e até mesmo oposta àquela que o consagrou. Por essa razão, uma das reflexões de teor historiográfico que os orienta, ainda que não explicitamente, é a que busca desnaturalizar o uso dessa designação, ainda muito utilizada, tanto na literatura acadêmica como na escolar. Afinal, periodizar, demarcando e nomeando um espaço de tempo, é um ato de poder, como os historiadores sabem por dever de ofício. Nessa operação nada é ingênuo, sendo necessário pensar que significados uma determinada nomenclatura deseja atribuir-lhe, recortando-o de um contínuo, que tem um antes e um depois. Tudo isso necessariamente implica considerar quem, quando e com que objetivos se constrói uma categoria como a de República Velha, evidenciando-se, assim, a historicidade das operações historiográficas e seus vínculos com contextos políticos diferenciados.

Mesmo sendo este um ponto a ser retomado ao longo do texto, ele exige algumas considerações desde a abertura, já que seu debate envolve os vínculos entre o pós e o pré-1930, ano-chave para demarcar o fim de uma república que, só a partir de então, poderia e começaria a ser chamada de “velha”, em distinção e oposição a uma “nova”, que se inaugura fazendo promessas de mudanças revolucionárias. Embora seja óbvio destacar que uma dicotomia entre velho × novo, muito comum em experiências de história política de vários países, seja sempre uma construção *a posteriori* e com carga evidentemente valorativa, os

² A noção de fórmula verbal remete à ideia de um “hábito mental” que, aprendido, conduz o pensamento sem maiores reflexões. As considerações que se seguem estão, embora de forma um pouco distinta, em Gomes e Abreu (2009:11-24).

usos políticos que se fazem dela, esvaziando-a das disputas simbólicas que possui, autoriza esse cuidado inicial. Isso pois, ao menos no caso do Brasil, República Velha e Primeira República transformaram-se em designações sinônimas, sendo, durante décadas, preenchidas de um significado construído por determinados atores/autores do pós-1930. Nesse sentido, também não é mais novidade assinalar que, no âmbito dessa nomenclatura, está o trabalho dos chamados ideólogos autoritários das décadas de 1920-30³ que, desde então, passaram a utilizar essa nomenclatura, divulgando-a com particular êxito durante os anos do Estado Novo (1937-45). O que tais intelectuais queriam acentuar, numa nítida batalha político-memorial, eram os novos sentidos que deveriam ser atribuídos ao espaço de tempo que se inaugurava com a Revolução de 1930 e, em especial, aos anos que cobriam a experiência do Estado Novo, interpretado como o término e a finalidade de um evento inaugural.

Exatamente por ter trabalhado com o processo de elaboração e implementação desse ambicioso projeto político-cultural do pós-1930, quero destacar como a designação de “velha” para a Primeira República cumpria um papel-chave na ideologia de um regime que buscava legitimar suas características centralizadoras, intervencionistas e autoritárias; enfim, que queria ser reconhecido como um “novo” Estado, defensor de uma proposta de “democracia autoritária e social”. É desde então que a Primeira República, em bloco, passa a ser taxativamente considerada um grande fracasso e equívoco, praticamente desde seu começo, transformando-se, assim, no passado exemplar de um Brasil que “deu errado”. Romper definitivamente com esse passado, inaugurando um novo tempo, era romper com os erros da Primeira República: liberal, federativa, oligárquica, fraca, inepta e europeizante. Uma república sem povo, e que também não fundara uma nação. Ou seja, um discurso que fundamenta, historicamente, a construção de uma tradição política de antiliberalismo, que condenava, não só as ideias liberais, mas também seus atores, suas práticas e suas instituições políticas.

De certa forma, pode-se dizer que a lógica dessa construção retórica e política enraizou-se no pensamento social brasileiro e se espalhou pela historiografia do pós-1940, moldando as reflexões subsequentes sobre esse período.

³ Entre os mais conhecidos e reconhecidos estão Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, sobre os quais há uma ampla e rica literatura produzida por historiadores e cientistas sociais.

Uma situação que vem sendo lenta, mas sistematicamente alterada, desde as últimas décadas do século XX, em grande parte em função do estabelecimento da pesquisa histórica em novas bases, quer em função das mudanças vividas pela disciplina internacionalmente, quer devido à criação e expansão dos programas de pós-graduação no Brasil (Gomes, 1989:59-84).

2. Entre a verdade e as paixões: uma história contemporânea da República dos Estados Unidos do Brasil

Este percurso bibliográfico se inicia, não por acaso, tendo como fonte fundamental a mais importante revista de propaganda do regime estado-novista. *Cultura Política* foi lançada em março de 1941, dando prosseguimento a um sofisticado projeto de propaganda governamental, mais nitidamente conformado em 1939, quando da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, órgão diretamente subordinado à Presidência da República. Dirigida por Almir Bonfim Andrade, um dos mais importantes intelectuais do período, circulou até 1945, tendo como diretriz ser um espelho do Brasil em tempo de renovação.⁴ A revista era mensal, sendo vendida em bancas de jornal de todo o país por um preço meramente simbólico, além de contar com muitos colaboradores, entre os quais estavam nomes conhecidos e reconhecidos de seu público leitor. Nesse periódico interessa-nos uma seção, intitulada “Brasil social, intelectual e artístico”, onde se encontrava o núcleo programático básico do que se pode chamar de uma política cultural do Estado Novo. Ela era ampla, sendo composta de várias partes, geralmente introduzidas ou por textos de apresentação ou por esclarecimentos de responsabilidade de seu organizador, Rosário Fusco. Como se procurou demonstrar em estudo anterior, um dos maiores objetivos de *Cultura Política* — para o que muito colaborava a seção citada — era fixar um passado comum para o país, construindo, por meio dele, laços que unissem o “povo brasileiro” e evidenciassem as bases “profundas” do regime. Este, mesmo orientado para o futuro e para a modernização do Brasil, lançava raízes em suas tradições, em seus

⁴ Gomes (1996). Nesse livro trabalhei com a revista, bem como com a seção que utilizarei a seguir, razão pela qual retomarei suas reflexões, desenvolvendo-as.

costumes e em sua história. Dessa forma, o lugar que o passado, quer o mítico, quer o histórico, ocupava na conformação do discurso do Estado Novo é muito significativo e decisivo para a conquista de sua legitimidade ante a sociedade mais ampla. Dessa forma, são inúmeros os textos que apresentam estudos de teor histórico, publicam documentos e fazem balanços bibliográficos, sempre com o intuito de evidenciar como a cultura — e a produção historiográfica, com destaque — crescia e se refinava sob os auspícios do chefe do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas.

Considerando-se os objetivos deste texto, vale mencionar ao menos duas das subseções de “Brasil social, intelectual e artístico”, para nos concentrarmos, em seguida, apenas em uma delas. A primeira chama-se “Movimento bibliográfico” e seu objetivo era realizar um minucioso levantamento sobre tudo que se publicava no Brasil desde 1937, englobando livros sobre os mais diferentes assuntos e disciplinas, desde esportes, finanças e música, até direito, física, ciências médicas etc., além de história geral e do Brasil (Gomes, 1996:147 e segs.). Obviamente, o que se desejava evidenciar era a riqueza existente em nosso campo intelectual, que se desenvolvia com o apoio do Estado Novo, multiplicando autores, livros e editores. O incremento da cultura, como o nome da revista estampava, era um indicador do acerto e do sucesso da política do Estado Novo.

O segundo exemplo é a série de quatro textos publicada entre novembro de 1943 e junho de 1944 sob o título “Roteiro bibliográfico da República”, que pretende ser uma pesquisa exaustiva sobre a história da República no Brasil, desde sua “gênese, no final do Segundo Reinado, até os dias atuais”.⁵ Seu responsável era Silvio Peixoto, biógrafo de um dos heróis republicanos mais festejados e controvertidos: o “marechal de ferro”, Floriano Peixoto, segundo presidente da República, considerado seu “consolidador” (Peixoto, 1939). Tal série é valiosa, pois permite maior aprofundamento quando o interesse é pensar a trajetória do que se pode chamar, livremente, de uma “historiografia” sobre a república, seja ela produzida por historiadores de ofício, ou por jornalistas, memorialistas etc., sempre se destacando o contexto e as condições de sua produção.

⁵ PEIXOTO, Silvio. Roteiro bibliográfico da República. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 245-260, out. 1943; n. 34, p. 264-273, nov. 1943; n. 36, p. 297-303, jan. 1944; n. 41, p. 214-222, jun. 1944.

Assim, as primeiras observações que se podem fazer são de ordem quantitativa. Publicado em quatro partes, o Roteiro lista e comenta 78 títulos, que foram distribuídos por intervalos, segundo as datas de sua publicação, para fins de análise. Embora se possa relativizar muito o quão exaustivo é esse levantamento, importa registrar que, até 1944, consegue-se, a partir dos critérios do que então se constituía um estudo histórico, computar um número significativo e variado de trabalhos. A distribuição dos textos assume o ano de 1889 como inicial, pois ele não só é o da Proclamação, como também o da primeira publicação listada no Roteiro. No pós-1930, resolveu-se assumir o ano de 1937, o da implantação do Estado Novo, como o de início, e o de 1944, como término. Aliás, um bom término, já que em 1945 o período assim designado chegaria ao fim, o que Silvio Peixoto naturalmente ignorava. A distribuição encontrada foi a seguinte. Nos vinte anos entre 1889 e 1909, listam-se 33 títulos; já de 1910 a 1929, há 18 livros: de 1910 a 1919 eles são nove, e de 1920 a 1929, mais nove. Assim, entre 1889 e 1929, portanto em 40 anos, temos 51 publicações consideradas estudos históricos sobre o novo regime. De 1930 a 1937, sete livros foram encontrados e, de 1937 até 1944, o número cresceu para 11, havendo, no universo, nove títulos sem data. Dessa forma, nos 14 anos decorridos do pós-1930, 18 publicações foram efetuadas.

Nesse sentido, chama logo a atenção o grande número de títulos publicados na primeira década republicana, anos de imensos conflitos intraelites e também de revoltas e guerras, que trouxeram grande instabilidade ao novo regime. Um segundo aspecto é o de que, durante as décadas de 1910-20 da Primeira República, continuaram sendo produzidas reflexões, ainda que tenha havido um sensível declínio. Um terceiro ponto é como o Estado Novo e sua política cultural estimularam o crescimento de publicações, entre as quais aquelas que tinham como recorte o período republicano. E, por fim, cabe assinalar que o Roteiro não incorpora, na categoria de estudos históricos, os livros e manuais escritos explícita ou indiretamente para um público escolar. Uma ausência que mostra que esse tipo de produção tinha um lugar à parte, o que exclui um bom número de livros, já que, entre 1930 e 1944 se expandiu o ensino público, com destaque para o nível secundário, havendo grande movimento editorial nessa área, que envolvia o ensino de história geral e do Brasil.

Com tais observações, o roteiro de Silvio Peixoto nos permite afirmar que, ao menos da perspectiva assumida por seu responsável e pela revista, a biblio-

grafia publicada sobre a república brasileira era contemporânea à própria instituição do novo regime, sendo produzida desde a Proclamação até a Revolução de 1930, ganhando estímulo suplementar com o Estado Novo. Duas questões, nesse sentido, merecem destaque especial, permitindo que se comece a trabalhar de forma mais qualitativa com os títulos, para demarcar seus temas, autores e editores.

Como já se sugeriu, a mera listagem dos livros com suas datas de edição impõe ao historiador que a analisa algumas reflexões sobre o que se chama hoje história do tempo presente e história imediata. A primeira, sendo entendida como uma história (seguindo os procedimentos teórico-metodológicos vigentes na historiografia) que se faz sobre um período próximo, demarcado, inclusive, pelo fato de os atores presentes na narrativa historiográfica estarem ainda vivos. Daí, a ideia de uma história que “ainda está viva”, de um passado que não passou completamente, despertando polêmicas e exigindo cuidados teórico-metodológicos específicos. A segunda, sendo tratada como a produção de relatos e memórias de vários tipos, realizados no calor da hora dos eventos, e que podem ser tomados, posteriormente, como fontes pelo historiador de ofício (Roussio, 1998; Chaveau e Tétard, 1999). Nesse sentido, mesmo que toda a história seja contemporânea, pois escrita pelo historiador a partir da ótica e com as questões de seu tempo — o que já era sabido e aceito por muitos historiadores brasileiros desde a virada do século XIX para o XX —, durante grande parte do século XX, ainda que com variações de ênfase, pairou sobre a hoje chamada história do tempo presente uma enorme desconfiança e mesmo uma grande desqualificação no interior do campo historiográfico.

Assim, é interessante ressaltar que esse tipo de veto à história do tempo presente é um procedimento que tem longa duração, encontrando fundamentos em razões políticas e epistemológicas, que se interligam e são valiosas para se abordar algumas das questões colocadas em foco pelo Roteiro. De forma geral, o discurso historiográfico, segundo matriz estabelecida no século XIX, conhecida como historicista ou também, no Brasil, “positivista”, praticamente identificava história e passado, estabelecendo que a proximidade temporal do historiador com eventos e personagens era um problema, já que desencadeava suas paixões, impedindo-o de avaliar com neutralidade a “verdade dos fatos” por ele relatados. Além disso, o tempo presente, oferecendo ao historiador uma multiplicidade de fontes e, principalmente, uma variedade de pontos de vista,

perturbava ainda mais essa sua falta de distância temporal. Nesses casos, portanto, ficavam seriamente comprometidos quer uma boa seleção de fontes, quer um equilibrado cotejo de versões, arriscando-se a autoridade do historiador e a cientificidade de sua produção. Dessa maneira, a “verdade” da história — sua cientificidade — exigia a objetividade, a imparcialidade do historiador, o que só se alcançava com seu não comprometimento com as paixões, muito difíceis de evitar com a proximidade dos eventos. A “verdade” histórica demandava esse afastamento no tempo cronológico, para que a narrativa não se tornasse nem um mero panfleto, nem um evidente elogio: um panegírico, como Silvio Peixoto remarcava, negativamente.

Ou seja, na medida em que a profissionalização da disciplina vai ganhando corpo, cresce sua recusa — um autêntico veto — à história do tempo presente, com os historiadores construindo sua identidade pela delimitação de um ofício, cujo método se aplicava ao passado, vale dizer, no caso europeu, aos estudos da antiguidade e do período medieval e, no caso do Brasil, às pesquisas sobre o período colonial, com breves incursões ao Império. Por conseguinte, não é surpreendente a constatação de serem pouco numerosos os textos de história sobre o Império, produzidos durante a segunda metade do XIX, e sobre a República, durante a primeira metade do XX. Contudo, e é isso que importa aqui assinalar, eles existiram, encontrando até algum abrigo no IHGB, embora fossem vistos com muita desconfiança e mesmo desapeço. É o que remarca Temístocles Cezar para o oitocentos, lembrando o exemplo da *Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão*, de Gonçalves de Magalhães, que recebeu medalha do IHGCB, em 1847.⁶ Segundo o autor, “focalizando a conjuntura em que vivia e reconhecendo seu caráter transitório e instável”, Magalhães decompunha o tempo em um “passado que não pertencia inteiramente aos homens do presente” e um “presente que era a própria transição” que o historiador assistia e buscava compreender. Um tempo que lhe era próximo e estava em aberto, sendo difícil de analisar, mas podendo ser objeto da história.

Praticamente um século depois e em contexto completamente diverso, mas ainda sob o veto da história ao tempo presente, é isso que Silvio Peixoto está

⁶ CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia: noções da escrita da história no oitocentos. Apud Magalhães e Gontijo (2009:367 e segs.).

afirmando e discutindo em seus comentários, quando compõe o roteiro bibliográfico de *Cultura Política*. Nele, o organizador seleciona um conjunto de livros, entre os quais figuram diversas narrativas contemporâneas aos acontecimentos que relatam. Vê-se então que o organizador integra, em uma literatura considerada de história republicana do Brasil, exemplos de um “fazer história” que analisa um “passado próximo” ou uma “história viva”. Que livros eram esses? Como narram os fatos da república?

Alguns exemplos são preciosos para melhor situar essa questão. O trabalho de Joaquim José de Carvalho, *Primeiras linhas da história da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 1889, é considerado um dos primeiros escritos sobre o período, pois traçava “um panorama dos erros do Segundo Reinado, para entrar, em seguida, na fase da propaganda, que é conscienciosamente relatada por ele”. Sobre a proclamação, apresentava “razoável acervo de documentos, informações, notícias, decretos etc.” (Peixoto, 1943: n. 33, p. 251-252). O outro livro, apreciado como “na vanguarda bibliográfica da República, não só por ter sido uma das primeiras obras publicadas sobre o assunto, como também pelos conceitos emitidos e ainda pela interessante coleção de gravuras que apresenta”, é *Galeria histórica da República brasileira*, de Urias Silveira, saído em 1890. Numa primeira parte o autor assinalava que a ideia de um governo republicano no Brasil se construía desde os primeiros povoadores, criando raízes e tornando a estabilidade da monarquia impossível, o que, remarcamos, só podia levar os leitores a concluir pela inevitabilidade da república. Numa segunda, publicava todos os Atos do Governo Provisório, transcrevendo ainda artigos dos principais jornais, mensagens de adesão dos estados e depoimentos de testemunhas. No final do livro, Silvio Peixoto destaca a publicação da “resenha histórica do 15 de novembro”, com o título “História contemporânea” (acompanhada de mapa dando a posição das tropas), publicada no *Jornal do Comércio*, de 4 de janeiro de 1890. Portanto, conclui o comentarista, esse era um trabalho fundamental, especialmente pelo valor da documentação iconográfica.⁷ O terceiro livro desse tipo era *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*, de M.E. de Campos Porto, também de 1890, com estampa reproduzindo, a cores, a ban-

⁷ Peixoto (1943: n. 34, p. 271). É bom ressaltar como Silvio Peixoto valora a inclusão de imagens nos livros que comenta, fossem elas mapas, desenhos ou fotografias. Ele as destaca sempre como elementos que enriquecem o texto e mostram a qualidade gráfica da publicação.

deira nacional. Nesse caso, ressalta Peixoto como forma de elogio, o autor não procurara dar o seu “depoimento pessoal sobre os acontecimentos, nem interpretá-los ou criticá-los”. Ele “fazia história” ao reunir um farto noticiário de jornais, não só da capital, como dos estados e do estrangeiro, no que residia sua “preciosa contribuição para o estudo do 15 de novembro” (Peixoto, 1943:33, 249-250).

As breves transcrições dos comentários de Silvio Peixoto são esclarecedoras. De um lado, permitem identificar um conjunto de textos que, desde a década de 1890, tinha como seu foco os anos do fim do Segundo Reinado, a propaganda republicana e o evento do 15 de novembro. A “gênese” da república e suas “origens” — que começam a ser buscadas e encontradas em um “passado” cada vez mais distante e não datado — era um dos grandes temas dos que produziam sobre a república no Brasil, no fim do século XIX. Portanto, uma história do presente, que fabricava um passado para si mesma e que se debruçava, como não podia deixar de ser, sobre os fatos cruciais recém-acontecidos: o fim da monarquia (que incluía menções à abolição da escravidão); os propagandistas e a propaganda republicana; e a jornada do 15 de novembro, com seus novos heróis da pátria. De outro, torna evidente o tipo de contribuição reconhecida nesses livros, segundo os critérios do “fazer história” dominante na revista e na época. Seu valor, como se percebe, não estava tanto na análise que seus autores, muitos também atores e/ou testemunhas, faziam dos eventos, mas sim nas valiosas “informações” que recolhiam e sistematizavam para o leitor. Ou seja, nas “provas” que apresentavam, em boa e grande parte, através dos documentos que publicavam e que “contavam” o que tinha acontecido. Esse era o caso dos destaques dados à publicação dos Atos do Governo Provisório e dos muitos artigos de jornal, que possibilitavam o acompanhamento do desenrolar dos eventos — em particular do 15 de novembro —, valorando-se a apresentação de pontos de vista diferenciados, o que atestava a “neutralidade” do autor. Nesse sentido, vale ressaltar um grande número de livros, muito elogiados por usarem variados tipos de documentação histórica. Entre eles os mais numerosos eram os que se serviam de artigos de jornais, quando não eram uma coletânea desse tipo de textos, escritos pelo próprio autor — um jornalista e testemunha dos fatos —, que assumia o papel de um narrador fiel da história recente do país.

Apenas um exemplo é suficiente para destacar o que assinala, sobretudo porque ilustra um gênero muito presente no universo de livros resenhados: as biografias. Trata-se do livro *Deodoro*, escrito por Ernesto Sena e publicado pela Imprensa Nacional, em 1913. O autor era um jornalista que, para fazer um estudo sobre a implantação do regime republicano no Brasil, escolhera a via biográfica, traçando o perfil de quem considerava o grande herói da República e seu primeiro presidente. O trabalho reunia os artigos que escrevera para o *Jornal do Comércio*, entre agosto de 1911 e agosto de 1912, o que era uma forma muito comum de composição de livros, inclusive romances e ensaios, já que os jornais eram os grandes divulgadores de ideias, atuando na consagração de literatos. Retomando o Roteiro, o ponto alto destacado por Silvio Peixoto foi o uso de documentos do “arquivo do marechal” e também de depoimentos de contemporâneos, tanto republicanos como monarquistas, o que evidenciava como o autor procurava “não tomar partido”, apenas narmando os fatos *conscientiosamente*.⁸

O que se quer destacar, portanto, é como esse balanço, realizado nos anos 1940, está selecionando e definindo o que são os estudos históricos, ao mesmo tempo em que lhes atribui vícios e virtudes. No caso, a “verdade” é a maior de todas as virtudes, sendo evidenciada pela neutralidade do narrador e atestada pela quantidade e, principalmente, qualidade dos documentos apresentados ao leitor; isto é, pelas “provas” colhidas com isenção. Tal perspectiva faz com que vários dos títulos apresentados fossem, efetivamente, trabalhos de coleta e divulgação de documentos, que podiam ter origem em um acervo — como é o caso dos Atos do Governo Provisório ou dos Anais do Congresso Constituinte⁹ —, ou podiam ser documentos produzidos pelo próprio autor, caso fre-

⁸ Peixoto (1943:34, 269). O interesse na publicação de artigos de jornais acompanha as décadas republicanas pois, em 1944, temos a edição de *Cartas do Brasil*, de Max Leclerc, pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, então maior editora do país. O livro era uma reunião dos artigos desse jornalista francês, escritos entre 1889 e 1890 e publicados no *Journal des Débats* de Paris; ou seja, era o olhar de um “viajante” estrangeiro sobre os primeiros anos da República.

⁹ *Anais do Congresso Constituinte da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. 3 v. Segundo o responsável pelo roteiro, a primeira edição, de 1891, ano da Constituinte, esgotara-se imediatamente. A segunda edição, em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, saíra nos anos 1924 [v. 1] e 1926 [v. 2 e 3]. Outro exemplo também citado e que reforça a importância e circulação desses documentos é *História constitucional dos Estados Unidos do Brasil*, de Felisbela Freire, em três volumes, publicados em 1894 e 1895, que trata da República desde a propaganda, passando pelo Governo Provisório e pela Constituinte, até chegar à Constituição, que procura interpretar.

quente dos artigos de jornais, sendo tão mais valorados quanto mais cotejados com outros tipos de documentos, além de apresentados com isenção de ânimos. Uma característica que mostra como são borradas as fronteiras entre história e memória, e como era possível transitar entre elas sem uma necessária hierarquia que “rebaixasse” a memória diante da história, já que se construía um critério de “verdade”, fundado em “provas” e distante do que é designado como paixão. Dessa forma, estão presentes no Roteiro de Silvio Peixoto “cole-tâneas” de documentos, biografias (oito exemplos), memórias (também oito exemplos) e ensaios e estudos, que buscam, prioritariamente, “interpretar” os fatos, ou melhor, oferecer a opinião do autor. Em todos eles, o que se reconhece como qualidade e contribuição para a história, ou o que se critica como defeito, anulando o valor do trabalho, é justamente o falseamento da “verdade”, afogada pelas paixões.

Alguns exemplos permitem melhor precisar o que se quer apontar, além de nos aproximar dos temas, gêneros e autores que teriam marcado a bibliografia sobre a República, em seus 50 anos de vida, para *Cultura Política*. No que diz respeito aos autores, não surpreende — ante o veto da história ao tempo presente e à indistinção entre história e memória — o pequeno número de historiadores de ofício que integram o universo de 78 publicações. Eles são poucos, mas não estão ausentes, valendo-se destacar alguns deles e o tipo de trabalho pelo qual estão sendo reconhecidos. Dunshee de Abranches e Max Fleiuss merecem citação especial. O primeiro, com três livros, é autor de *Atas e atos do Governo Provisório*, de 1905, considerado o mais destacado livro da bibliografia, pois, na medida em que publicava “cópias autênticas” de todas as atas das sessões do Conselho de Ministros do Governo Provisório, trazia “à luz a verdade sobre os fatos ocorridos nos primeiros tempos do novo regime”, contando-nos sua “história íntima” (Peixoto, 1943: n. 34, p. 266). Pelos comentários de Silvio Peixoto, fica-se convencido que tais documentos haviam desaparecido por algum tempo, sendo os originais restituídos ao Itamaraty e estando, naquele momento, em segurança em seus cofres. O outro livro rese-nhado é *A Revolta da Armada e a Revolução Riograndense*, de 1914, que cobria esses dois episódios dramáticos, ocorridos em 1893, usando — esse é o dife-rencial — a correspondência do almirante Saldanha da Gama. Vale a citação:

Apesar de não conseguir disfarçar certa simpatia pelos ideais dos revolucionários, o Sr. Dunshee de Abranches, com seu livro, prestou valiosa contribuição à história da consolidação da República, pois traz a público a correspondência do chefe revolucionário, documentário indispensável ao estudo daquela movimentada fase da vida nacional.¹⁰

Já Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, comparecia com dois livros. O primeiro era sua *História administrativa do Brasil*, escrita para o *Dicionário* organizado pela instituição, em 1922, em comemoração ao Centenário da Independência. Embora só o último capítulo se destinasse ao novo regime, ele era contribuição suficiente, pelo estudo que oferecia. O segundo livro do autor, publicado em 1941, tem teor memorial, intitulando-se *Recordando...* Ele reunia as crônicas publicadas no *Jornal do Comércio* com o mesmo título, em boa parte tratando de companheiros do IHGB. Pandiá Calógeras, outro historiador de ofício e também político republicano, comparece com dois livros: suas conferências de 1926-28, proferidas em São Paulo sobre a “evolução” do país, ressaltando a “excelência da fase republicana” (*Problemas de governo*, 1928); e um conjunto de artigos de jornais e revistas, publicados por amigos após sua morte (*Res nostra*, 1930). Outro historiador, que comparece com três títulos,¹¹ merece também atenção. Trata-se do conde Afonso Celso, que presidirá o IHGB após Rio Branco, e que, antes disso, é personagem de um tipo de disputa memorial que mostra como não foram poucas, nem pequenas, as batalhas para a construção de uma memória histórica nacional que conciliasse o passado monárquico com o presente republicano, nas primeiras décadas do novo regime. O livro mencionado na disputa é *O imperador no exílio* (s.d.) que, para Peixoto, é um autêntico panegírico da figura do monarca e não um verdadeiro estudo histórico. Reunindo seu discurso de posse no IHGB e material de livro anterior, *Vultos e fatos* — também considerado inexpressivo pelos episódios de “nula significação” que reúne —, seria refutado por Felício Buarque, em *Origens republicanas* (Recife, s.d.). O livro era um contraponto à narração

¹⁰ Peixoto (1943: n. 34, p. 265). O terceiro livro de Abranches é *Governos e Congressos* (São Paulo, 1918. 2 v.), no qual ele colige dados biográficos dos presidentes e vice-presidentes que ocuparam o cargo nos 28 primeiros anos da República, oferecendo um “vultoso acervo de informações”, o que hoje consideramos elementos para o que chama de “biografia coletiva”.

¹¹ Além dos dois livros citados abaixo, *Oito anos de Parlamento*, de 1901.

de Afonso Celso, que teria “o defeito imperdoável de não observar [...] preceitos de fidelidade”. Segundo Buarque, transcrito por Peixoto, embora escrevendo com estilo, o autor era dominado por “apaixonada impressão”, o que lhe tirava os requisitos essenciais do bom historiador. Assim, fica claro o endosso do Roteiro à resposta de Buarque, mais um dos que defendia que as raízes da ideia republicana estavam nas manifestações de liberdade do povo brasileiro, ainda no período colonial. Talvez por isso, para o organizador, mesmo sendo um livro de combate, colaborava para o conhecimento das “origens” do novo regime.

Outro exemplo de batalha memorial registrado no Roteiro é a que opõe Cristiano Ottoni ao visconde de Ouro Preto. Aquele, em *O advento da República no Brasil* (1890), examinando as causas da queda da monarquia, responsabilizava o visconde, último chefe do Gabinete do Império, por boa parte delas. Mais do que no caso anterior, tem-se aqui um enfrentamento de atores históricos, procurando divulgar e lutar por versões de acontecimentos que acabavam de ocorrer. Isso, pois o livro de Ouro Preto, *O advento da ditadura militar no Brasil*, editado em Paris em 1891, fora escrito, segundo Peixoto, com grande paixão, justo para responder a todas as críticas a ele imputadas. Mas, para o comentarista, os dois autores falhavam em suas contribuições, não tanto por tratarem de episódios de um “passado próximo”, mas muito mais porque deixavam as paixões adentrarem ao texto, comprometendo a possibilidade de se produzir qualquer verdade sobre os fatos narrados.

Mesmo levando-se em conta o evidente republicanismo de Silvio Peixoto, deve-se reconhecer que ele se esforça para detectar o que chama de “livros de combate”, entendidos como autênticos libelos em defesa de uma dada posição. Em tais casos, ainda que com algum valor, na maioria das vezes comprometiam inteiramente a verdade histórica às paixões políticas. Nesse sentido, talvez o melhor de todos os exemplos seja *A ilusão americana*, de Eduardo Prado, que teve duas edições: uma, de dezembro de 1893, apreendida pelas autoridades republicanas, e outra, de 1895, que chega a circular. Para o organizador do Roteiro, Prado, sob pseudônimo de Frederico S., já publicara livro anterior em defesa do antigo regime: *Fastos da ditadura militar no Brasil*, saído em 1890, reunindo seus artigos escritos no imediato da Proclamação, para a *Revista de Portugal*. Nos dois casos, o que se revelava era uma “incontida animosidade contra tudo que diz respeito à República”, especialmente no segundo livro, que

era “injusto e derrotista”. Isso também ocorria com o trabalho de Leôncio Correia, publicado já em 1939, procurando tão somente negar merecimento a algo ou a alguém. Em *A verdade histórica sobre o 15 de novembro*, equivocadamente, o autor procurava a verdade, tendo como móvel de ataque o próprio marechal Deodoro, “rebaixado” em favor de Benjamim Constant.

Para o que interessa a este texto, as apreciações de Silvio Peixoto explicitam as disputas memoriais que se travavam, com destaque para uma hierarquia de heróis republicanos que então se consagrava. Nessa galeria, Deodoro, Floriano, Benjamim Constant e outros competiam entre si. Além disso, o esforço do organizador para delimitar o que essa história do passado recente, mesmo evidenciando a posição do narrador, podia trazer de valor, mostra a distinção que se queria fazer entre o que era mera expressão das paixões, mero instrumento de luta política, do que podia ser uma composição de estudos de um “presente em transição”.

Dessa forma, há um tratamento um pouco distinto à contribuição do barão de Ladário, último ministro da Marinha do gabinete imperial. Ele também reuniu artigos de sua autoria para o jornal *A Tribuna*, registrando sua oposição ao tratado das Missões, realizado pelo ministro republicano Quintino Bocaiúva. *Questões das Missões* divulgava uma visão crítica de um dos eventos mais polêmicos do início do novo regime, assumindo o olhar de um monarquista e, por isso, podendo contribuir para a história. Aliás, Quintino e Rui Barbosa, ao lado de Pedro II e da princesa Isabel, são as figuras mais ambíguas dessa literatura sobre a nascente república, sendo Rui e sua política do encilhamento o alvo preferencial.

Nesse sentido, se a produção de estudos históricos sobre a república, até meados dos anos 1940, não podia escapar dos riscos e das desconfianças de uma “história do presente”, bem como das batalhas que os usos do passado desencadeavam, sobretudo nas décadas iniciais do novo regime, a chegada dos anos 1920 e, mais ainda, dos anos 1930, muda o panorama das publicações. Obviamente, começa a haver uma alteração de temas, pois a Proclamação, os anos do Governo Provisório e os trabalhos da Constituinte, com suas revoltas e heróis, não são mais os únicos fatos a se oferecerem e se imporem ao olhar dos analistas, historiadores ou não. A própria experiência republicana, que começa a se desenrolar com a alternância dos presidentes civis, começa a demandar observação crescente. É possível, então, examinando-se os títulos pu-

blicados nos anos 1920 e 1930, perceber que muda o problema central a ser debatido, bem como o teor do que é considerado, por Silvio Peixoto, uma contribuição à história recente do país.

3. A Revolução de 1930 e a República “velha”: o que fez o Brasil dar errado?

Nos anos 1920, considerando-se a ótica aqui assumida, o destaque vai para as publicações realizadas em comemoração ao Centenário da Independência de 1922. Entre elas está o livro de Max Fleiuss já mencionado e uma coletânea, intitulada *À margem da história da República*, de 1924, cujo organizador foi Vicente Licínio Cardoso. Classificada pelo Roteiro como uma “antologia sem chefes”, pois todos são donos de suas “crenças e opiniões”, o livro reunia 12 intelectuais de uma geração que nasceu com a República e que não conheceu o imperador e os escravos. Repetindo a forma de apresentação do livro e da perspectiva que ele quer afirmar, o comentarista enfatiza o “distanciamento” dos autores, não mais atores ou testemunhas, pois nem participaram das campanhas da abolição ou da república, nem se envolveram nas ações dos primeiros governos, podendo aferi-los de uma nova perspectiva. Razão que o credenciava a ser um estudo “útil à implantação do regime”, ao que acrescentamos, um dos primeiros que vai organizar uma crítica contundente ao que se considerava uma experiência política frustrada, apontando-se sua causa mais profunda: a adoção do modelo político liberal, vigente internacionalmente, mas “inadequado” à história brasileira.

Não é o caso de nos determos sobre esse livro, sem dúvida simbólico das transformações que passam a marcar o campo político e intelectual do período. Ele ganharia, muitas décadas depois, em 1981, uma segunda edição, pela Editora da Universidade de Brasília (UnB), que o consagraria como um clássico da historiografia republicana. De toda forma, o que se quer assinalar é que, para esses novos autores, com diversas formações, mas bacharéis em sua maioria, não se tratava mais de registrar quem fez e como foi feita a república; nem mesmo de debater os erros e acertos cometidos ao fim da monarquia e no início dos governos republicanos. A grande questão que se impunha a essa “nova geração” era a realização de uma reflexão crítica sobre a experiência dos

governos republicanos, tendo em vista, basicamente, sua opção pelo liberalismo e pelo federalismo, presentes em nossa organização constitucional. Se tais intelectuais queriam a “modernização” do Brasil, do mesmo modo que as gerações anteriores queriam seu “progresso”, os caminhos para tornar esse projeto possível demandavam novas visões sobre o passado e novos projetos de futuro. Ou seja, novos diagnósticos sobre o que a república havia experimentado e rotinizado, sobretudo a partir da montagem do pacto conhecido como política dos estados ou dos governadores.

Quer dizer, a partir de meados dos anos 1920, é o próprio sucesso ou fracasso da fórmula republicana materializada na Constituição de 1891 e nos arranjos políticos intralites que entra, de forma decisiva e definitiva, no centro dos temas de uma bibliografia republicana. Examinando-se os autores de *A margem da história da República*, é importante destacar a presença de nomes que se tornariam expoentes da inteligência brasileira no campo jurídico, sociológico e literário, ao que se soma, em vários casos, uma participação direta no aparelho de Estado, antes e depois de 1930. No caso do campo historiográfico, os principais autores continuam ausentes, a começar pelo maior de todos, que então já afirmara seu nome e seu modelo de fazer história: Capistrano de Abreu. De forma geral, eles se dedicavam ao estudo do período colonial ou aos eventos da Independência, com algumas incursões ao Segundo Reinado, como são exemplos Oliveira Lima e Joaquim Nabuco. O veto ao tempo presente e a ameaça das paixões não lhes eram desconhecidos, mesmo havendo transgressões.

Dessa forma, chama a atenção um livro registrado por Silvio Peixoto e publicado em comemoração ao Cinquentenário da República, no ano de 1939, já em pleno Estado Novo. Merecendo uma análise mais cuidada, o que não pode aqui ser feito, importa destacar que é uma publicação da Biblioteca Militar, reunindo um conjunto de autores, em sua maioria esmagadora militares, fazendo apreciações sobre o período que vai de 1889 a 1939. Apenas quatro colaboradores são civis e entre eles está Max Fleiuss, contribuindo com um texto intitulado “Os erros de Ouro Preto”, e o cronista Luiz Edmundo, que escreve sobre “As comemorações do Cinquentenário da República”. O fato de tais festas não terem sido alvo de grande mobilização, nem entre a inteligência, nem entre o público mais amplo, é sintomático, sobretudo porque, no ano seguinte, preparava-se uma série de iniciativas para demarcar os 10 anos da

Revolução de 30 e da presidência de Getúlio Vargas, com direito a muitas e diferentes publicações, além de uma grande exposição no Distrito Federal.

Por conseguinte, pode-se dizer que não são muito numerosos os livros publicados sobre o período republicano, durante as décadas de 1920 e 1930, valendo-se notar o impacto que a Revolução de 30 e seus desdobramentos tiveram sobre a bibliografia produzida. Isso porque o interesse dos estudiosos, muitos deles autores e atores dos novos eventos, neles se concentrou. Portanto, se o que se publicou sobre o período republicano, a partir de 1930, tem como tema de interesse principal os acontecimentos mais recentes — exatamente como ocorrera no pós-proclamação, entre 1889-1910 — é, desde então, que a república inaugurada em 1889, por ter chegado ao “fim”, ganha o *status* cronológico de um “passado” menos próximo e, principalmente, o *status* político de uma república que acabou, porque deu errado. Dessa forma, começa a se construir para ela outro vocabulário, distinto daquele do debate anterior, demarcado, como se viu, pela dicotomia república × ditadura militar. Um exame mais detalhado das publicações do pós-1930 é interessante para o acompanhamento da emergência desse novo tipo de nomenclatura, plena de sentidos de valor, que, mesmo tendo antecedentes, se afirmaria nesse momento histórico para se estabelecer na cena político-cultural.

Por isso, além de continuar trabalhando com o Roteiro de Silvio Peixoto, lança-se mão de um extenso levantamento, realizado por ocasião das comemorações dos 50 anos da Revolução de 1930, presente no livro *Elites intelectuais e debate político nos anos 1930*, produzido pelo CPDOC (Oliveira et al., 1980). Tendo como objetivo mapear a produção bibliográfica sobre a Revolução de 1930 em período que lhe fosse contemporâneo, o livro recorta o espaço de tempo que vai de 1929 a 1936, ou seja, da crise econômica internacional que se vincula aos embates políticos até o ano anterior ao Estado Novo. Desejava-se, dessa forma, assinalar as formas de apreensão desse evento, as questões e lutas que ele suscitara naquele momento próximo, delineando assim certa configuração do campo intelectual. Por conseguinte, o foco de investigação não é o período da Primeira República, mas aquele que se inicia em 1930. Contudo, e essa foi a premissa, numa pesquisa tão cuidadosa, alcançando 147 títulos, seria interessante examinar quantos deles, para enfrentar o tema da Revolução de 1930, teriam se debruçado de modo mais atento sobre as décadas republicanas precedentes, onde estariam, em princípio, suas origens, suas causas.

Como o Roteiro de *Cultura Política* segue até 1944, havia uns bons anos de superposição nos dois levantamentos que, evidentemente, têm contextos de produção absolutamente distintos e distantes no tempo. Assim, em primeiro lugar, verificamos quantos livros, ainda que de maneira bem secundária, davam atenção à Primeira República, e encontramos, no universo de 147, apenas 20 títulos. Desses, entretanto, apenas nove se dedicavam mais sistematicamente a discutir o período aqui examinado, dois deles estando nas listagens de 1944 e de 1980, e um autor se duplicava, embora não com o mesmo livro. Começando por aí, o autor é José Maria dos Santos, paraibano e militar que participou, como jornalista, da campanha contra Canudos, no fim do século XIX. Ele é autor, em 1930, de um livro intitulado *A política geral do Brasil* (São Paulo: J. Magalhães), que se divide em duas partes: “A obra do Segundo Reinado” e “A deformação republicana”. Os subtítulos não poderiam ser mais expressivos da dicotomia que já se construía, mas que se aprofundaria e consolidaria a partir dos anos 1940: a experiência de estabilidade e grandeza política do Segundo Reinado (com o enaltecimento da figura de d. Pedro II) *versus* a instabilidade e os descaminhos da República instalada em 1889. O subtítulo da segunda parte do volume, antecipando a visão do autor para o leitor, era sustentado pela identificação do que seria o maior problema da República: o presidencialismo. O novo regime, por ser presidencialista, vivera, na verdade, sob o despotismo, que dava origem às revoltas e crises que enfrentara sistematicamente. O livro tem seguimento em outro trabalho, *Notas à história recente* (São Paulo: Brasiliense, 1944), que reunia artigos publicados na imprensa carioca e paulista, entre 1931/32, voltando-se para uma análise dessa agitada conjuntura. Nele, a oposição entre uma república “velha” e outra “nova” está claramente presente, para que uma defesa do parlamentarismo fosse encaminhada como possibilidade de resolução dos impasses que então se vivia. Aliás, o debate entre presidencialismo e parlamentarismo é questão presente desde os anos 1890, havendo defensores e críticos de ambas as formas de governo, bem como do tipo de presidencialismo praticado no Brasil, ora acusado de cópia infeliz e deturpada do exemplo norte-americano, ora defendido pela “aclimatação” que sofrera no Brasil.¹²

¹² Citado por Peixoto está o livro de Joaquim Luís Osório, *O regime presidencial*, de 1915.

Um dos livros presentes em ambas as bibliografias é *Da Primeira à Segunda República*, de Hastínfilo de Moura, de 1936 (Rio de Janeiro: Pongetti), as memórias de um militar que participou da propaganda republicana e alcançou a Revolução de 1930, sobre a qual oferece “farto volume de informações”. De toda forma, o que interessa aqui, além de ressaltar a importância e a quantidade de livros de memórias listados, é assinalar que, nesse texto, que não assume uma perspectiva radicalmente crítica ao “passado” de 1930, fala-se de uma primeira e de uma segunda república, havendo a constatação de que, em 1889, substituiu-se um regime por outro, enquanto em 1930 a mudança havia sido apenas dos homens que ocupavam posições, o que era bem menos significativo (Oliveira, 1980:260).

O outro livro que se repete nos dois levantamentos deve ser mais ressaltado, pois é um dos poucos que tem como objetivo declarado realizar uma análise do período que começa com a propaganda republicana, passando pelos quadriênios governamentais até a Revolução de 1930. Trata-se de *A república que a revolução destruiu* (Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932), de autoria de Sertório de Castro, um jornalista e professor mineiro. Para Silvio Peixoto, seu ponto alto era a análise sobre a “consolidação do regime” e, assumindo-se a perspectiva do pós-1930, de o autor ser um defensor do último presidente da Primeira República, entendendo o “movimento”, basicamente, como um confronto entre máquinas políticas rivais. Para o autor do livro, “[essa] República cheia de erros, desfigurada pelos desvirtuamentos dos ideais democráticos [...] cresceu, progrediu”, sendo aqueles que participaram de todos os seus delitos os que agora vêm destruí-la, ameaçando suas franquias liberais. Em 1932, ano em que eclode a chamada Revolução Constitucionalista, esse é um livro que assume a ótica do liberalismo e, por isso, também da experiência republicana precedente que teria trazido progresso ao país, o que estava então sendo negado.

Os demais livros que tratam da Primeira República, extraídos do levantamento de *Elites políticas...*, merecem algumas observações. Em primeiro lugar, em função de seus autores e também editores e, em segundo, devido ao tipo de apreciações que realizam sobre as conexões entre o passado e o presente de 1930. Em relação aos autores, mesmo não sendo eles historiadores de ofício (que continuavam estudando a Colônia e o Império), são intelectuais que, com o passar do tempo, se transformariam em referências para o que se convencio-

nou chamar pensamento social brasileiro. Assim, passam a se integrar no que se considera uma literatura de ensaios socio-históricos, que conheceu, na década de 1920-30, um verdadeiro *boom*, tendo como expoentes mais conhecidos e influentes, sobretudo durante os anos 1930-40, pensadores autoritários como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e o próprio Almir de Andrade de *Cultura Política*. Alguns desses ensaios, por conseguinte, tornam-se fontes e inspiração para análises posteriores. São bons exemplos os livros de Virgínio Santa Rosa (engenheiro e político), *A desordem: ensaio de interpretação do movimento* (Rio de Janeiro: Schmidt, 1932) e *O sentido do tenentismo* (Rio de Janeiro: Schmidt, 1932), que passa a ser um clássico, quando é reeditado, em 1963, pelo Instituto de Estudos Brasileiros (Iseb), órgão que congregava a nata da intelectualidade de esquerda daquele momento, que era o do governo João Goulart. Do mesmo modo está *Panorama do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1936), do historiador, político e jornalista José Maria Belo, autor também de uma *História da República*, em vários volumes, dos quais o primeiro é dedicado à Primeira República (1940), além de *Memórias*, já nos anos 1950. Por fim, vale mencionar Alcindo Sodré com *A g nese da desordem* (Rio de Janeiro: Schmidt, s.d.), que deseja ser uma resposta ao livro de Santa Rosa, o que situa sua publica o entre 1932 e 1936. O autor era gaúcho, médico e professor de história, sendo o primeiro diretor do Museu Imperial de Petrópolis, criado por Vargas, durante o Estado Novo.

Além desses títulos, vale mencionar também, por sua importância, *História social do Brasil*, volume 3, *A época republicana*, do historiador e professor Pedro Calmon, editado em 1939 pela Martins Fontes, e que fazia parte de sua cole o História Social do Brasil, uma estratégia editorial muito usada e eficaz.

Publicados pelas mais importantes casas editoras da época, o que lhes garantia grande circula o, os livros que vêm a público nos anos 1930-40 têm certamente outro tipo de recep o. Além disso, uma simples observa o em seus títulos evidencia o uso de um vocabulário, que   também indicador de um debate e de uma interpreta o que faria escola: seria a Primeira República um “tempo” politicamente proveitoso para o país ou, devido ao domínio das oligarquias propiciado pelo federalismo “exótico”, era um período marcado basicamente pela “desordem”, pela “deforma o”, que o movimento de 1930 precisava enfrentar e corrigir? Assim, as origens da “desordem”, suas causas profundas (que chegavam ao período colonial) e os mecanismos institucionais

e políticos para vencê-la são o tema dessa literatura, que aponta questões consideradas, desde então, estratégicas na história do Brasil. A existência do “latifúndio” (era um mal ou se justificava pelo tamanho do país?) e os decorrentes problemas do “homem do campo”. O poder “feudal” das oligarquias, com a ameaça de autonomia dos estados, levantando a indagação sobre a qualidade (e mesmo existência) de elites políticas capazes de governar em nome do “bem público”. A falta de comunicação que imperava em nosso território e transbordava na falta de coesão de nosso povo, evidenciando uma ausência de “solidariedade social” comprometedora. Aliás, a própria indagação sobre se existia ou não um povo brasileiro — ante sua ignorância e doença — fortalecia a visão de um eleitorado que era presa fácil de facções, que se chamavam partidos políticos. Um diagnóstico que seria cada vez mais divulgado durante o Estado Novo, juntamente com um projeto político que apontava as respostas necessárias, na teoria e na prática política.

Nesse sentido, à medida que a década de 1930 se aproxima do fim e com ela chegava a Segunda Guerra Mundial, afirmava-se, no Brasil, um tipo de regime republicano, radicalmente antiliberal e antifederalista, que transformava o presidencialismo em instrumento valioso de afirmação da centralização e do autoritarismo político de um Estado intervencionista. Nessa direção, entretanto, o Brasil está longe de ser a ilha de Pago Pago, pois, internacionalmente, aumentavam, em número e legitimidade, justamente as experiências de Estados nacionais, fortes e autoritários, fossem repúblicas ou não.

4. Uma historiografia para a Primeira República: nascem os clássicos e seus descendentes

Dando continuidade à realização de um exercício que procura acompanhar a produção de estudos históricos sobre a Primeira República, e avançando para além dos anos 1940, a fonte principal que será utilizada é um balanço bibliográfico realizado por mim mesma e por Marieta de Moraes Ferreira, por ocasião das comemorações do Centenário da República no Brasil, em 1989. Ele foi publicado na revista *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro, v. 2, n. 4) e é particularmente interessante porque, como critério de seleção, excluiu exatamente os “textos de época”, concentrando-se nos livros e artigos publicados,

além de optar por não considerar teses e dissertações, em função de sua difícil circulação. Retomar esse balanço, em 2010, 20 anos depois de produzido e tendo como objetivo o traçado de uma história dos estudos históricos sobre a Primeira República, também em perspectiva interdisciplinar, foi um desafio estimulante.

A primeira preocupação ao retomar o trabalho foi a de organizar a produção então listada e comentada por momento de produção, tal qual se fez com os livros do Roteiro de *Cultura Política*. A distribuição encontrada é por demais significativa, informando sobre o ritmo de crescimento dos estudos históricos sobre a Primeira República no Brasil. O que se observa é uma diminuta produção cobrindo a segunda metade dos anos 1940 e os anos 1950; um incremento nos anos 1960, sem dúvida, estimulado pelo evento que foi o movimento civil e militar de 1964; para se chegar a um *boom* de textos durante os anos 1970-80, período em que são implantados os cursos de pós-graduação nas principais universidades do país. Assim, o universo de textos listados se distribuiu como se segue: dois livros do pós-1945; nove dos anos 1950; 24 da década de 1960; 88 dos anos 1970 e 84 até 1988, ano da nova Constituição, quando a bibliografia está sendo levantada. Ou seja, do universo listado, 172 títulos foram escritos nas décadas de 1970 e 1980, quando a chamada “revolução de 1964” atua como um detonador de reflexões, não apenas sobre a Primeira República, mas sobre toda a história política do Brasil, forçando historiadores e cientistas sociais a reinterpretar o passado, dessa feita com as questões que um presente, marcado pelo crescente e violento autoritarismo, impunha.

Nesse caso, voltando-se à questão da história do tempo presente que abre este texto, as condições de produção dessa literatura são inteiramente distintas. De um lado, porque após 1964 a Primeira República certamente já era passado e, portanto, podia ser objeto da história, não incomodando nem àqueles que se orientassem por uma visão mais “tradicional” da disciplina. De outro, porque, em especial a partir dos anos 1980, transformara-se, internacional e nacionalmente, a maneira de pensar as relações entre passado, presente e futuro na disciplina história, com o reconhecimento epistemológico de uma renovação da história política e, nela, da necessidade e importância de uma história

do tempo presente, sem dúvida uma demanda da sociedade aos intelectuais da área das ciências humanas.¹³

O que se fará, portanto, a seguir, é uma releitura do balanço de 1989, tendo como objetivo assinalar que livros/autores foram considerados chaves, quais as temáticas presentes e quais as ausentes, agora, sob a ótica de 2010. Na medida em que o balanço reunia um material muito vasto e heterogêneo, ele se organizou segundo uma estratégia que privilegiava os atores políticos da Primeira República: as oligarquias, os militares, a classe trabalhadora da cidade e do campo, a Igreja Católica e os intelectuais. Em cada uma dessas seções, as autoras localizavam as teses em debate e apontavam, comentando, alguns dos livros listados. O que se pretende fazer agora é, acompanhando esse percurso, observar as transformações ocorridas em relação à produção anteriormente discutida, identificando, com um saber *ex post*, aqueles que já eram ou se transformaram em clássicos, isto é, em referências obrigatórias, do tipo “o que se deve ler para conhecer” a história da história da Primeira República no Brasil. O procedimento não busca, assim, duplicar o que já foi publicado, escolhendo um tratamento mais intensivo do que extensivo de títulos.

Começando pelos “donos” da Primeira República, algumas das principais teses que dominavam o debate historiográfico até 1980 envolviam um melhor delineamento de quem eram as oligarquias republicanas dominantes até 1930, e de qual era a posição política dessa “classe ou fração de classe” nos rumos do desenvolvimento do país. Em outras palavras, tratava-se de melhor debater a assertiva, muito compartilhada, que transformara a Primeira República em um condomínio das oligarquias paulistas e mineiras do café e, sobretudo, de questionar o papel “reacionário” que tiveram, geralmente traduzido pela oposição entre latifúndio e burguesia ou entre agrarismo e industrialismo. Tal tese encontra nos trabalhos de Nelson Werneck Sodré sua mais bem acabada formulação, o que o torna um autor a ser assinalado como clássico. Militar e filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ele é também um historiador cujos escritos datam da década de 1940, inclusive com participação na revista *Cultura Política*.¹⁴ Sodré, em seus livros, está ecoando, refinando e se apropriando

¹³ Trato dessa questão com vagar e também em perspectiva historiográfica em Gomes (1989).

¹⁴ Ver principalmente Sodré (1943, 1962 e 1975). Esse autor escreveu muitos outros livros, sobre a imprensa, militares etc., recebendo, nos anos 1990-2000, a atenção de historiadores por sua grande contribuição à historiografia brasileira.

de ideias gestadas nessa década, expressas em livros que identificam o latifúndio e as oligarquias, sobretudo paulistas e cafeeicultoras, como as principais inimigas da modernização do Brasil, avessas que eram ao progresso econômico industrial e ao progresso social, por meio de mais educação e opinião pública.

Uma tese que resumia a trajetória do Brasil, praticamente até 1964, a uma dicotomia socio-histórica, que se traduzia também numa luta de classes, entre oligarquias agrárias e burguesia industrial nacional. Livros como os de Virgínio Santa Rosa e José Maria Belo, já citados, além de vários outros que, por não se ocuparem fundamentalmente da Primeira República, não foram mencionados, insistem nesse diagnóstico, ao mesmo tempo simples e muito crível.¹⁵ Assim, reconsiderar essa tese envolvia um enfrentamento político, especialmente com o PCB, e também a elaboração de pesquisas históricas que mobilizassem documentação que permitisse uma revisão bem fundamentada. Pode-se dizer que os anos 1960 e o início da década de 1970 foram pródigos nesse sentido, trazendo títulos que sugestivamente vêm do estado de São Paulo, onde estava o mais importante, senão o único, centro de pesquisa histórica do país, e que se via no olho de furacão do debate. A Universidade de São Paulo nos dá, então, um elenco de nomes referenciais, entre os quais estão os de Emília Viotti da Costa, com *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, Paula Beiguelman, com *Pequenos estudos de ciência política*,¹⁶ Carlos Guilherme Mota e Boris Fausto.

Estes dois últimos serão responsáveis por livros que se transformam em verdadeiros marcos pelo impacto que produziram no ambiente intelectual da história e das ciências sociais, na medida em que discutem e destroem não apenas essa grande tese, como várias outras, em boa parte dela decorrentes. No caso do primeiro autor, a referência é a coletânea *Brasil em perspectiva* (São Paulo: Difel, 1968) e, no do segundo, *A Revolução de 1930: história e historiografia* (São Paulo: Brasiliense, 1970). Mas, no que se refere a Boris Fausto, é ainda fundamental ressaltar sua presença, a partir dos anos 1970, na direção da coleção História Geral da Civilização Brasileira, originalmente sob a batuta de Sérgio Buarque de Holanda, que a transmite quando se tratava de adentrar

¹⁵ Vale, contudo, mencionar a coleção de Leôncio Bausbaum, historiador sabidamente ligado ao Partido Comunista: *História sincera da República, de 1889 a 1930* (1957: v. 2).

¹⁶ O v. I foi publicado em 1967 pela Ed. Centro Universitário, e o v. II, em 1968, pela Livraria Editora Pioneira.

ao período republicano, no qual a Primeira República ganha dois volumes, com vários textos que se tornariam clássicos. Ainda no que diz respeito à publicação de coleções, têm importância decisiva no panorama da historiografia sobre a Primeira República os livros de Edgard Carone, que publica, em 1969 (São Paulo, Difel), um volume intitulado *A Primeira República (1889-1930): texto e contexto*, no qual organiza e comenta documentos, dando uma visibilidade pouco comum, até então, às questões desse período da história do Brasil.

Como não se trata aqui de acompanhar mais de perto os lances desse debate historiográfico, travado como uma luta política de posições no campo heterogêneo das esquerdas brasileiras, em momento especialmente dramático (contemporâneo ao AI-5), o que se fará é recapitular os novos e estratégicos achados e afirmações dessa literatura. Em primeiro lugar, provava-se que a “contradição” entre oligarquias rurais e burguesia industrial era uma falácia, na medida em que os capitais da primeira alimentavam os negócios da segunda e, mesmo havendo tensões entre elas, havia muito mais aliança e complementaridade. Também se mostrava que o café, sem dúvida base econômica da Primeira República, nunca fora seu único produto, o que fazia com que os interesses das oligarquias também não girassem apenas a seu redor. Havia bem mais do que isso, sendo necessário pensar uma diversidade de oligarquias regionais, entre as quais estava a do café que, aliás, não lidava só com tal produto. Assim, a imagem de uma república do café, mesmo que com leite, foi complexificada, emergindo dessa configuração novos atores políticos, entre os quais o maior destaque era o Estado federal, que passava a ser pensado como um ator com interesses próprios, a partir da formação de uma burocracia especializada, fosse civil, fosse militar.

Dessa forma, os livros de Paula Beiguelman apontam para a crise institucional que se desenhava nos anos 1920, o que seria aprofundado por Boris Fausto e por Maria do Carmo Campelo e Souza, em seus textos de *Brasil em perspectiva*, para ser definitivamente selado na tese de doutorado que se transforma em livro de 1970, de Fausto, sobre a Revolução de 1930. Nesse último caso, as matrizes dicotômicas tão frequentadas pela literatura histórica e sociológica brasileira são duramente criticadas, como formas de pensamento esquemáticas e pobres, não dando conta da dinâmica social. A demonstração de que a Revolução de 1930 não era obra da “burguesia urbana paulista”, muito ao contrário, bem como de que era extremamente difícil considerá-la a grande

beneficiária de seus resultados, sela a sorte empírica e teórica das reflexões baseadas na oposição latifúndio × cidade, como lados que espelhavam a grande contradição entre atraso/rural/exploração estrangeira × modernidade/urbano/capital nacional. Visto com o passar do tempo, talvez se possa considerar que *Brasil em perspectiva*, pelo conjunto de intelectuais de várias formações que reúne e pelo que se propõe a fazer — passar a história do Brasil a limpo —, até o momento histórico em que é publicado, possa ser aproximado da outra grande coletânea dos anos 1920 que foi *À margem da história da República*. Assim como Vicente Licínio Cardoso, Carlos Guilherme Motta, um historiador de ofício, não era um “chefe” e convidava a escrever intelectuais donos de suas crenças, que eram as de desafiar as “verdades” então vigentes. Escolhendo temas em maioria não tratados pela literatura “acadêmica”, entre os quais praticamente toda a história republicana, os autores inauguram uma nova historiografia, e vários deles continuariam suas pesquisas, consagrando-se nos anos 1970-80.

Ao lado do trabalho de 1943 de Nelson W. Sodré, outro livro, fechando a década de 1940, tem entrada nessa bibliografia de clássicos. Seria efetivamente difícil exagerar sua importância, na medida em que é uma contribuição imediatamente reconhecida. Estamos falando de *Coronelismo, enxada e voto*, de Vitor Nunes Leal, cuja primeira edição é de 1949, mas que ganha uma segunda edição, em 1975 (São Paulo: Alfa Omega), que o recupera para os leitores especializados, tornando-o a porta de entrada necessária de uma questão que também envolvia o poder das oligarquias agrárias da Primeira República, mas que era formulada e respondida de outra maneira. Nesse caso, a dicotomia construída era entre o lugar do público e do privado na história do país, ou melhor, entre os excessos e as fraquezas de uma e outra face da moeda, que era o poder do Estado. Se, na primeira formulação, o Estado quase que desaparecia, tornando-se um reflexo dos interesses oligárquicos, dessa feita surgia em toda a sua majestade ou com todas as suas mazelas, como um ator decisivo. Vitor Nunes Leal, bacharel e ensaísta, pega esse touro a unha, embora tendo interlocutores anteriores (como sempre ocorre), entre os quais vale lembrar Nestor Duarte, com o livro de 1939, *A ordem privada e a organização política nacional* (São Paulo: Cia. Ed. Nacional). Sua análise define e consolida o conceito de coronelismo como um dos mais operacionais para se entender a dinâmica da política da Primeira República. Sem trabalhar com contradições

e oposições excludentes, o autor localiza no coronelismo a especificidade da fórmula política de funcionamento da República de 1889 a 1930, quando, para ele, o Estado cresce em governabilidade, mas encontra ainda os poderes das oligarquias rurais muito fortes e tem, com eles, de negociar. Trata-se, portanto, de um pacto, prenhe de instabilidade, sobretudo em função das alterações na correlação de forças em negociação, durante os diversos momentos da conjuntura do período. Esse livro e esse autor são uma espécie de inspiração maior para muitos outros livros e autores, brasileiros e estrangeiros, que ao longo das décadas subsequentes passam a discutir sua interpretação, ou para questioná-la, ou para reforçá-la, em aspectos particulares ou em geral. Não é o momento de se fazer uma recuperação desse debate, cumprindo apenas mencionar a contribuição, nele, de um historiador de ofício que, convenientemente para este texto, faz exatamente isso: José Murilo de Carvalho (1984: v. 2), em seu verbete “Coronelismo” do DHBB do CPDOC.

Por fim, considerando-se a centralidade da montagem da “política dos estados” para a estabilidade da Primeira República, muito se escreveu, mas, a nosso juízo, um livro bem mais recente pode ser destacado pela inovação de sua análise, fundada no diálogo com a Ciência Política. *A invenção republicana* (São Paulo: Vértice, 1987), de Renato Lessa, contribuiu ao retomar o tema da construção do Estado republicano em sua primeira década, discutindo pontos que vão caracterizar o modelo de presidencialismo adotado e o tipo de pacto praticado pelas elites políticas, expressos em mecanismos que tangenciam, quer os procedimentos eleitorais (como o reconhecimento dos eleitos), quer o fenômeno coronelista. As virtualidades desse pacto, desgastadas no decorrer da Primeira República, são fundamentais para se pensar a crise que se evidencia de múltiplas formas ao longo dos anos 1920 e, assim, a própria Revolução de 1930. Para tanto, Lessa recorre, em particular, a uma fonte: o texto do presidente da República Campos Sales, *Da propaganda à presidência* (Lisboa: Tip. Editora), cuja primeira edição foi de 1908.¹⁷ Considerado no Roteiro de Silvio Peixoto um importante livro de memórias, pela “boa-fé” com que fora escrito, narrando os fatos segundo o testemunho de quem os viveu, ele ganhou uma

¹⁷ Antes mesmo do livro de Campos Sales, Alcindo Guanabara, jornalista e republicano, escrevera *A presidência Campos Sales* (Rio de Janeiro: Laemmert, 1902), no qual se faz um estudo dos quadriênios anteriores a esse governo, percebido, por seus contemporâneos, como um divisor de águas da história da República.

segunda edição, também pela UnB, em 1981. Dessa forma, podemos acompanhar como essa a historiografia do pós-1950 vai revisitando e consagrando uma série de publicações anteriores, fossem memórias, ensaios ou coletâneas, muitas das quais ganhando novas edições nos anos 1970/80, e compondo uma literatura referencial para a produção de interpretações, que se tornariam marcos para os estudos da história republicana no Brasil.

Como ficou claro, as pesquisas que escolhem como ator político central as oligarquias investem também no ator Estado e, igualmente, nos militares, na medida em que estes, estratégicos para a Proclamação e para os primeiros anos da República, não poderiam deixar de ocupar lugar central. Mas, e esse é um aspecto que o olhar de 2010 sobre a bibliografia dos anos 1980 permite, esses militares são analisados, basicamente ou predominantemente, através dos movimentos que protagonizaram durante os anos 1920 e não, como na bibliografia produzida até os anos 1940, como “responsáveis” pelo “golpe” republicano e pelos erros ou acertos de seus dois primeiros governos. Dos anos 1950 aos anos 1980, os militares estão no campo historiográfico, mas como aqueles que se insurgiram contra a república estabelecida, por meio do chamado Tenentismo. De heróis e consolidadores do regime, eles se tornam como um de seus mais importantes questionadores, já que, diferentemente de outros “dissidentes” e críticos, apelam para a violência e têm armas.

É bem numerosa a bibliografia que se dedica a esses movimentos militares, trazendo à cena republicana um novo personagem, ao mesmo tempo heroico e polêmico, Luiz Carlos Prestes, além de vários outros que marcariam maior presença no pós-1930. Do ponto de vista historiográfico, ela também enfrenta teses fundamentais, que seriam debatidas e questionadas. Entre elas, talvez a mais importante seja a que trata da própria natureza da ação dos militares, ou, também, do “sentido do tenentismo”, o que evidentemente conduz ao texto de Virgínio Santa Rosa, de 1933, reeditado pelo Iseb, em 1963, com um prefácio do historiador Nelson W. Sodré. Tudo muito esclarecedor da matriz de fundo dessa interpretação, que defende serem os militares, por suas origens de classe, a vanguarda ou os porta-vozes dos interesses das classes médias urbanas, inconformadas com sua exclusão da política. No caso, na composição da dicotomia básica, oligarquias × burguesia, aliavam-se ao segundo termo tanto os tenentes como essa “pequena burguesia”, identificada na população das cidades. É, portanto, com esse pano de fundo que se constrói uma leitura

alternativa para o comportamento dos militares brasileiros, na época mais uma vez atuantes e, como na primeira década republicana, na presidência do país sob um regime ditatorial. Se questionamentos a essa matriz, que ganhou força nos anos 1950, vinham sendo feitos, por exemplo, no livro *Brasil em perspectiva*, o ponto de inflexão para sua debacle pode ser localizado no capítulo escrito por José Murilo de Carvalho, em 1977 — “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador” —, para uma coleção que é um marco para a historiografia, principalmente a republicana. Mais uma vez é Boris Fausto que está à frente da iniciativa que é História Geral da Civilização Brasileira, até no título de inspiração editorial francesa, iniciada pelo outro grande pai fundador da história do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda. Ele, como Capistrano de Abreu e outros clássicos das primeiras décadas do século XX, não se integram a uma historiografia republicana, e a passagem do bastão a Fausto para organizar os volumes referentes à República não poderia ser mais simbólica. Nesse sentido, tais volumes podem, eles mesmos, merecer um estudo à parte, sendo um “lugar de memória” de uma nova historiografia, não só da Primeira República.

Voltando aos militares e aos “tenentes”, Murilo e outros estudiosos, usando instrumental da sociologia e da ciência política, especialmente vindo da teoria das organizações e das elites, afirmarão a importância da dimensão institucional na socialização desse ator político. Quer dizer, militares integravam e eram socializados pela corporação militar, adquirindo um *habitus* que precisava ser considerado variável de análise determinante. Concordando ou discordando de uma dessas matrizes (mais ou menos), ou mesmo procurando combinar seus argumentos, é assim que uma literatura sobre militares irá se conformar a partir dos anos 1980 no Brasil.

A análise da presença de dois outros atores, comentados no balanço de 1989, pode ser tratada sob os auspícios do crescente ganho de legitimidade acadêmica das questões de socialização política e institucional e do lugar ocupado pelas elites na dinâmica da política. É também a partir da década de 1970 que a Igreja Católica passa a receber uma atenção mais cuidada de historiadores, mas é bom desde logo observar a raridade dos estudos sobre outras religiões. No que interessa a este texto, forçado a uma economia de citações, destaca-se o livro do sociólogo Sérgio Miceli, *A elite eclesial brasileira* (São Paulo: Difel, 1988), que pode ilustrar a transformação sofrida pelas interpre-

tações que se dedicavam a trabalhar com a ação política dessa instituição. Mesmo correndo riscos de simplificação, é possível dizer que a Primeira República era vista como um momento de desarticulação, de “decadência” da Igreja, impactada pelo fim do Padroado e pela instalação do Estado laico, sem dúvida, uma grande transformação no desenho jurídico do país, nem sempre ressaltado ou valorado em termos de desdobramentos políticos. O que Miceli faz é botar de ponta-cabeça essa tese, mostrando que a Primeira República foi um período fundamental na construção das bases do poder eclesiástico, exatamente porque foi o tempo de montar os alicerces organizacionais (as dioceses e suas lideranças) e os instrumentos de socialização (os seminários e as escolas secundárias) das elites do país.

De certa forma, também é uma reviravolta desse tipo que ocorre nos estudos que se dedicam à classe trabalhadora, urbana ou rural, e também aos intelectuais, todos eles considerados novos atores de uma cena política de tipo “moderno”. No caso dos estudos sobre o chamado mundo rural, eles passam, em grande parte, a ser desenvolvidos em articulação com o que se chamava catolicismo “popular ou rústico”, e com as reflexões sobre o fenômeno coronelista. Os movimentos sociais rurais (Canudos, Juazeiro, Contestado e o cangaço) são o grande destaque, não se podendo deixar de remarcar que tratar da luta de camponeses nas primeiras décadas do século XX era algo que se fazia sob o impacto de suas lutas, em meados desse mesmo século. Mais uma vez, a história é contemporânea e a violência da repressão sofrida pelos trabalhadores rurais, nos anos 1960, está no horizonte dessa historiografia e de sua tese principal: a de que é preciso não mais ver esses movimentos como expressões de uma lógica do atraso ou do desterro, como se estivessem e fossem algo “fora” da sociedade brasileira. Eles estavam a ela integrados, exprimindo formas de reação, resistência e participação de populações marginalizadas, que construíam, assim, suas “experiências” políticas. Enquanto no Roteiro de Silvio Peixoto o livro de Euclides da Cunha, *Os sertões* (1902), não é listado — talvez porque fosse uma obra literária —, na bibliografia do pós-1950 seus ecos são evidentes, devendo-se também ressaltar a contribuição de uma socióloga, Maria Isaura Pereira de Queiroz,¹⁸ e de Maurício Vinhas de Queiroz, ambos po-

¹⁸ Da autora ver *O messianismo no Brasil e no mundo* (1976), com prefácio de Roger Bastide e “O coronelismo numa interpretação sociológica” (1976: v. 3).

dendo ser classificados como autores incontornáveis nos estudos sobre a Primeira República nessa temática. No caso de Maurício V. de Queiroz (*Messianismo e conflito social, a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966), há uma contribuição ímpar, pois, ao estudar o movimento do Contestado, ele ressalta sua dimensão mística e mítica como elemento fundamental à compreensão de seu significado político, sendo dos primeiros a colher depoimentos entre diversos moradores da região (proprietários, trabalhadores e delegados de polícia), além de consultar inquéritos policiais e processos judiciais, ainda muito pouco utilizados como fontes.

No caso dos estudos sobre movimentos sociais urbanos e das ações organizadas dos trabalhadores fabris, o que se observa é uma espécie de *boom*, particularmente a partir dos anos 1970, com a abertura dos programas de pós-graduação. Diante da “inação” dos operários em 1964, tidos então como vanguarda revolucionária nas interpretações, não só do PCB, como das esquerdas em geral, era preciso revisitar sua trajetória. A Primeira República aparece então como um momento de lutas inaugurais e heroicas, o que deve ser lembrado, pois, sobretudo no caso do operariado urbano, esse teria sido, nas formulações dos anos 1960-70, um período áureo. Tal linha de análise, que seria relativizada nas décadas seguintes, de um lado, em muito inovava, ao se confrontar com uma afirmativa *ad nauseam* repetida pela tradição histórico-sociológica que vinha dos anos 1920-30: a de que no Brasil não havia povo porque não havia formas de organização/solidariedade, em especial modernas, como a dos sindicatos e partidos “de verdade”. Não havendo povo, não havia opinião pública, nem eleitores “de verdade”, sendo compreensível o deserto de publicações que abordassem tais temas, excetuando-se a produção memorialista, que era farta e começava a ser sistematicamente retomada, embora nem sempre tratada como uma fonte que necessitava da crítica metódica do historiador.

Talvez o grande clássico dessa área de investigação seja efetivamente *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*, de Evaristo de Moraes Filho, que tem sua primeira edição em 1952, mas que, como vários outros clássicos citados, é reeditado em 1978, pela Alfa-Omega. Nessa seara, mais que em outras, a contribuição de sociólogos e cientistas políticos é esmagadora, em detrimento dos historiadores, que só começam a atuar mais firmemente nos anos 1980. Encontram, portanto, uma respeitável produção, encetada nos anos 1960, na qual vale a menção ao livro de Azis Simão, *Sindicato e*

Estado, de 1966 (São Paulo: Dominus), por insistir nos laços entre o pós e pré-1930, destacando o óbvio, muito pouco percebido: que era necessário cuidar das relações entre sindicatos de trabalhadores, Estado e patronato para se entender melhor os caminhos da política republicana no Brasil através do tempo. Por isso, muitos autores são tributários dessa “matriz sociológica”, havendo, contudo, menos trabalhos dedicados ao estudo do patronato/burguesia do que voltados para as organizações anarquistas, socialistas, comunistas e “amarelas”, suas greves e demais ações.¹⁹ De toda forma, tais pesquisas estão articuladas ao grande tema da urbanização e, principalmente, da industrialização do Brasil, o que recoloca em cena as oligarquias, mas em suas articulações políticas e econômicas com setores do comércio e indústria, inclusive quando eles eram oriundos de famílias imigrantes. Assim, industrialização, imigração, ação da burguesia urbana ou patronato, em face das políticas de regulação do mercado de trabalho e das políticas financeiras, em geral, passam a ganhar espaço crescente na produção historiográfica, que adota abordagens cada vez menos dicotômicas e simplistas. Seria impossível e inadequado listar aqui exemplos de livros e artigos, mas é valioso assinalar a importância que a história econômica ganha nas décadas de 1960-70, o que deve ser entendido em articulação com a disseminação do marxismo no campo universitário brasileiro dessas décadas.

De toda forma, o que ocorre é que, com a entrada dos historiadores na empreitada de pesquisa de todos esses temas, em boa parte até então tratados mais pelos cientistas sociais, aumenta e se diversifica o tipo de fontes utilizado nos estudos que incorporam, além das variáveis sociológicas, também as políticas e, cada vez mais, as culturais.

5. A nova velha República: a Primeira República de volta para o futuro

O mote desta última parte deste texto já foi anunciado. Se, desde os anos 1970, a Primeira República torna-se um período muito frequentado pelos

¹⁹ Uma consulta ao texto “Historiografia republicana e historiografia da República”, em *Estudos Históricos*, é aconselhada, pois nele se faz um acompanhamento de vários livros e de suas principais ideias, o que não se quer e nem se pode repetir. Meu livro *Burguesia e trabalho* (1979) é um dos exemplos da atenção crescente que o patronato vai receber, sobretudo em vinculação com as ações da classe trabalhadora.

estudiosos da história e das ciências sociais, a partir dos anos 1990, ela será objeto de um interesse ainda maior e, principalmente, de profundas revisões nas interpretações até então compartilhadas, todas, no fundamental, convergindo para a fórmula de república “velha”. É essa constatação que nos autoriza a dizer que há “futuros possíveis” para esse passado tão maltratado pelos pesquisadores, na medida em que se torna um campo privilegiado para uma série de questões, em busca de novas abordagens teóricas, rompendo com essa espécie de destino manifesto traçado desde os anos 1920-30. Desse modo, é possível dizer que a Primeira República se transforma, abrindo-se a investigações que passam sistematicamente a considerá-la um período estratégico para a construção de instituições e de atores políticos modernos, bem como um espaço de tempo extremamente rico para experiências associativas de diversos tipos, para a implantação de políticas públicas, para experimentos artístico-culturais etc.

Sustentando essa constatação, e fazendo um diálogo com o balanço bibliográfico publicado em 1989, o texto recorre a outro conjunto de fontes. No caso, às teses e dissertações — agora, cada vez mais o ponto de origem de muitos livros e artigos —, produzidas nos muito mais numerosos programas de pós-graduação em história, sociologia, ciência política e antropologia, e acessíveis pelo banco da Capes.²⁰ O que se fará a seguir, portanto, para finalizar estas reflexões, são apenas algumas observações de ordem quantitativa, secundadas de poucos comentários qualitativos, já que seria impossível e inadequado mergulhar nessa literatura, nesse momento.

Feita a consulta ao banco da Capes, foram encontrados 217 trabalhos referentes à Primeira República, ou integralmente ou de forma parcial, mas substancial. Desse total, 34% são teses e 66% são dissertações, o que é congruente em termos de distribuição. De toda forma, é uma produção considerável numericamente, que será examinada levando-se em conta os resumos disponíveis, quer dizer, as informações que os próprios autores e programas de pós-graduação fornecem ao público. Desse universo, foram produzidos, no âmbito das ciências sociais, 24% dos trabalhos, sendo a área da história responsável por 76% deles. O que chama a atenção nesses dados não é a dominância dos estudos de história, mas justamente o fato de as ciências sociais,

²⁰ Agradeço a Laiz Monteiro Pessanha, minha bolsista de Pibic pela Faperj, a realização do levantamento.

especialmente a sociologia, estarem produzindo reflexões que contemplem o período de forma tão significativa, pois alcançando quase $\frac{1}{4}$ do total.

Uma tentativa de classificação em termos de abordagem dos temas, a despeito das insuficiências notórias desse procedimento, evidencia o que talvez seja a mais importante mudança, dando pistas para os achados e para a revisão interpretativa ocorrida sobre o período, a partir da última década do século XX. Assim, a primeira observação é que continua a se impor o grande tema da política ou da história política, sobretudo se considerarmos que ele faz intercessão com inúmeros estudos cujos objetos não são identificados preferencialmente como tal. Dessa forma, mais de 110 trabalhos tratam, direta e indiretamente, de uma temática política. Em contrapartida, uma área de investigação muito contemplada até os anos 1990 — pois, como se viu, discutia a questão central da industrialização e da “transição” de um país agrário para um país urbano — sofre um declínio muito grande, já que os trabalhos de história econômica são os que comparecem em menor número (apenas 10) nesse universo. Ainda que se considere que questões envolvendo a economia brasileira tenham presença em muitos outros estudos, e que esse recuo se vincule ao desprestígio e mesmo abandono dos paradigmas explicativos estruturalistas, em especial o marxista, muito influente nos meios universitários brasileiros justamente até a década de 1980, é até certo ponto assustador um tão pequeno número de investigações sobre temática tão relevante e clássica.

A maior novidade é então, sem dúvida, o grande número de trabalhos de história cultural (56 estudos), sobretudo quando se consideram suas fronteiras fluidas com os estudos de temática política (são mais 42), já que, assim, alcançam um total de 98 teses e dissertações. Um crescimento de fato impressionante, uma vez que, diferentemente dos estudos de política, consagrados e de há muito frequentados, como o levantamento de 1989 demonstra, o tema da cultura era muito pouco tratado até os anos 1990. O que se fazia, e em boa parte não por historiadores, mas por cientistas políticos e sociólogos, eram pesquisas sobre o que se consolidou como pensamento social brasileiro (autores e livros), e sobre manifestações artísticas, com destaque para literatura, pintura e arquitetura, em função do movimento modernista dos anos 1920. Uma temática que não só não desaparece, como se afirma e enriquece, pois trabalhos sobre teatro e cinema passam a comparecer na listagem, enquanto o número de intelectuais também cresce e se diversifica, alcançando figuras de

expressão estadual e local. Essa característica, aliás, deve ser ressaltada com ênfase, ligando-se ao crescimento do número de programas de pós-graduação em universidades fora do eixo Rio-São Paulo. Uma característica que traz a descentralização e a diversificação do tratamento de uma série de questões, o que atinge também vários outros temas de história política e social, dando à produção acadêmica sobre a Primeira República (e certamente sobre outras repúblicas e sobre a Colônia e o Império) uma dimensão, finalmente, mais nacional; quer dizer, menos homogênea e mais complexa.

Além disso, estão presentes nesses estudos, também político-culturais e socioculturais, novos objetos de investigação, consagrados por abordagens teórico-metodológicas da chamada história cultural. Esse é o caso das festas e dos esportes; dos estudos sobre saúde/doenças, que praticamente constroem um novo campo de investigação histórica; e dos trabalhos que se orientam pela história do livro e da leitura que, além de contemplar os intelectuais autores, voltam-se igualmente para a imprensa e a mídia em geral, estudando periódicos, casas editoras, jornalistas e outros mediadores do campo cultural, no qual a televisão vai fazendo sua aparição. No caso da história cultural, outra fronteira é evidente, combinando, com ganhos significativos, a história da educação e a história de intelectuais e de movimentos culturais. Dessa forma, as instituições e organizações culturais, com seus atores históricos, não sendo mais suportes de qualquer tipo de determinação, passam a frequentar as pesquisas históricas durante o período da Primeira República.

Esse tipo de renovação conceitual na abordagem de objetos já tradicionais ou novos é o que se pode destacar como a melhor marca de transformação também nos estudos de história política e social. No primeiro caso, vale apontar o aparecimento e multiplicação de pesquisas sobre oligarquias e coronelismo, e sobre elites políticas e militares, que permanecem como temas centrais, mas ganham outros tipos de tratamento. O poder local, o poder do coronel e o estudo de uma liderança podem surgir através de estudos de trajetórias biográficas ou de estudos de caso, que, recorrendo à diminuição de escala, trabalham com uma personalidade, uma cidade ou uma localidade, recortando períodos específicos durante a Primeira República. É também a partir do fim dos anos 1980 e início dos 1990 que, vale remarcar, a Primeira República é descoberta como palco de experiências organizacionais importantes e de numerosos tipos, realizadas por grupos da sociedade civil, desde movimentos em

prol da saúde e da educação até campanhas nacionalistas e sufragistas, passando pelas lutas dos trabalhadores urbanos e dos imigrantes. Assim, se a questão da representação política permaneceu, como não poderia deixar de ser, um ponto essencial de pesquisa historiográfica, a questão da participação política emergiu de maneira contundente, relativizando e minando uma das assertivas mais repetidas e acreditadas desde os anos 1940: a de que não havia “povo” na Primeira República; a de que não havia formas de solidariedade moderna no Brasil de antes de Getúlio Vargas. É nesse amplo sentido e para concluir esse longo percurso que é possível dizer que a Primeira República está de volta para o futuro, aguardando novas contribuições de pesquisa.

Referências

- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República, de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957. v. 2.
- CARVALHO, José Murilo. Coronelismo. In: BELOCH, I.; ABREU, A. (Coord.). *Dicionário histórico e biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984. v. 2.
- CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (Org.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru: Edusc, 1999.
- FALCON, Francisco J.C. Historiografia republicana e historiografia da República. In: HOMEM, Amadeu C.; SILVA, Armando M. da; ISAÍÁ, Artur C. (Coord.). *A República no Brasil e em Portugal: 1889-1910*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra, 2007. p. 389-410.
- GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- _____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- _____. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1989.
- _____; ABREU, Martha. A nova “velha” República: apresentação. Dossiê Primeira República. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 11-24, jan./jun. 2009.
- _____; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.
- MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. O presente como questão: a República nas histórias do Brasil de João Ribeiro [1860-1934]: a proposição de uma ética

- da atualidade. In: ROCHA, H., ____; ____ (Org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.
- OLIVEIRA, Lúcia (Coord.) et al. *Elites intelectuais e debate político nos anos 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980.
- PEIXOTO, Silvio. Roteiro bibliográfico da República. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 245-260, out. 1943; n. 34, p. 264-273, nov. 1943; n. 36, p. 297-303, jan. 1944; n. 41, p. 214-222, jun. 1944.
- ____. *Início do período presidencial. Floriano: memórias e documentos*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. Prefácio de Roger Bastide. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- ____. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1976. v. 3. (HGCB)
- ROUSSO, Henry. Pour une histoire du temps présent. In: _____. *La hantise du passé*. Paris: Textuel, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- _____. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962 e 1975.